



A MEMÓRIA E O NEGACIONISMO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA EM SOCIOLOGIA HISTÓRICA

LA MEMORIA Y EL NEGACIONISMO: CONSIDERACIONES SOBRE LA INVESTIGACIÓN EM SOCIOLOGIA HISTORICA

MEMORY AND DENIALISM: CONSIDERATIONS ON RESEARCH IN HISTORICAL SOCIOLOGY



Pablo Emanuel Romero ALMADA¹
e-mail: pabloera@gmail.com

Como referenciar este artigo:

ALMADA, P. E. R. A memória e o negacionismo: Considerações sobre a pesquisa em sociologia histórica. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. esp. 1, e023009, 2023. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v28iesp.1.16110>



| Submetido em: 05/03/2023
| Revisões requeridas em: 22/04/2023
| Aprovado em: 11/05/2023
| Publicado em: 01/08/2023

Editora: Profa. Dra. Maria Chaves Jardim
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Pós-doutorando, Núcleo de Estudos da Violência. Doutorado em Democracia no Século XXI (CES-UC, Portugal).

RESUMO: Neste artigo, analisamos os fundamentos da sociologia histórica e sua pertinência no estudo da memória coletiva, de modo a elucidar a compreensão do negacionismo e sua incorporação na pesquisa sociológica. Inicialmente, confrontamos a tradição conflitiva da sociologia e resgatamos a formulação da memória individual e coletiva, estabelecendo um ponto de contato entre a macroestrutura e suas microrrelações sociais. A partir disso, identificamos como a concepção de negacionismo pode ser compreendida discursivamente, por meio das disputas pela significação da memória, ainda que em termos de uma apropriação manipuladora e política que se diferencia significativamente do revisionismo histórico. Finalmente, apresentamos alguns resultados de nossa pesquisa sobre a memória e a política de 1968, com vistas a interpretar como o negacionismo se erige na disputa pela memória do passado recente, demarcando um lugar de falseamento e ludíbrio da opinião pública.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia histórica. Memória coletiva. Identidades. 1968. Negacionismo.

***RESUMEN:** El artículo analiza los fundamentos de la sociología histórica y su pertinencia en los conceptos de memoria colectiva para dilucidar la comprensión del negacionismo y su incorporación en la investigación sociológica. Inicialmente, confrontamos la tradición conflictiva de la sociología y rescatamos la formulación de la memoria individual y colectiva, estableciendo un punto de contacto entre la macroestructura y sus micro-relaciones sociales. A partir de esto, identificamos cómo la concepción del negacionismo puede ser entendida discursivamente a través de las disputas por la significación de la memoria, aunque en términos de una apropiación manipuladora y política que difiere significativamente del revisionismo histórico. Finalmente, presentamos algunos resultados de nuestra investigación sobre la memoria y la política de 1968, con la intención de interpretar cómo el negacionismo se ensambla en la disputa por la memoria del pasado reciente, demarcando un lugar de falsificación que atrapa a la opinión pública.*

PALABRAS CLAVE: Sociologia histórica. Memória coletiva. Identidades. 1968. Negacionismo.

***ABSTRACT:** The article analyzes the foundations of historical sociology and its pertinence in collective memory concepts to elucidate the understanding of denialism and its incorporation in sociological research. Initially, we confront the conflictive tradition of sociology and retrieve individual and collective memory formulations, setting a contact point of the macrostructure and its social micro-relations. From this, we identify how to understand the conception of denialism discursively through disputes over the meaning of memory, albeit in terms of a manipulative and political appropriation that differs significantly from historical revisionism. Finally, we present some results of our research on the memory and politics of 1968, intending to interpret how denialism builds itself in the dispute for the memory of the recent past, mapping out a place to falsify and deceive public opinion.*

KEYWORDS: Historical Sociology. Collective Memory. Identities. 1968. Denialism.

Introdução

A sociologia, desde suas preocupações específicas iniciadas por seus fundadores quanto à diferenciação dos demais campos do conhecimento, muito se utiliza de recursos teóricos, metodológicos e epistemológicos da História para a concepção e construção de seus objetos de pesquisa. A vertente da Sociologia Histórica, por sua vez, apresenta um campo de formulações não muito bem circunscrito nominalmente, mas com suas especificidades bastante presentes em temas de pesquisa no Brasil e internacionalmente.

Nas chamadas teorias do conflito (COLLINS, 2009), com ênfase na perspectiva macro-histórica, é comum a referência a conceitos como os de Teoria da História, Historicidade e os debates sobre as relações entre estrutura e história e entre história e subjetividade. Embora tenha sedimentado uma postura majoritariamente conflitiva da relação histórica, o ponto de vista da sociologia esteve direcionado na oposição entre o passado e o presente, assim como o sugeriu Marx (2011, p. 25) ao problematizar a agencialidade individual restrita às circunstâncias “legadas e transmitidas pelo passado”. Essas limitações se configuram como uma das principais referências encontradas e compartilhadas na literatura e na pesquisa sociológicas.

A Sociologia Histórica, ao ser configurada sob a referência de objetos de pesquisa circunscritos ao passado, oferece significativas interpretações das relações sociais para a explicação do tempo presente. Isso abarca diversas linhas de análise, desde a problematização de seus fundamentos (ABRAMS, 1983; MONSMA *et al.*, 2018; SKOCPOL; MISKOLCI, 2014); a abordagem da História do Tempo Presente (POLLAK, 1989, 1992; SANDOICA, 2004); a crítica das continuidades e rupturas políticas e ideológicas ocasionadas, sobretudo, na segunda metade do século XX (WIEVIORKA, 2018); e, ainda, as disjunturas históricas propostas pelos estudos culturais e aprofundadas pelas abordagens comparadas e epistemológicas do pós-colonialismo (CHAKRABARTY, 2001).

O presente artigo considera os fundamentos da sociologia histórica para debater os conceitos de memória coletiva e de negacionismo e sua incorporação na pesquisa sociológica. Para a memória, enfatizamos de que modo ela permite compreender as identidades de indivíduos e de grupos que se articulam e dialogam com o passado ao compor possíveis fundamentos de suas ações. Quanto ao negacionismo, lançamos luz sobre alguns desafios explicativos atuais, entendendo-os por meio do agressivo ataque *ad hominem* contra as identidades memoriais estabelecidas, suscitando interesse de apropriação por movimentos sociais de extrema-direita, ilustrados pela encarnação de posturas que rechaçam consensos científicos e historiográficos.

Para ilustrar o desenvolvimento das questões anteriores, será apresentado um panorama sintético de uma pesquisa conduzida em torno das memórias e políticas de 1968 em seus 50 anos, a qual analisou as transformações da memória coletiva daqueles acontecimentos, identificando os sentidos das mudanças interpretativas. Algumas conclusões observam a estreiteza das disputas pela memória e os meandros pelos quais se erige o negacionismo, identificando-o como um discurso problemático que envolve agentes políticos e suas relações com a mídia.

A sociologia histórica: questões disciplinares e o resgate da memória

A sociologia quase sempre procedeu “fundada e orientada historicamente” (SKOCPOL; MISKOLCI, 2014, p. 7), já que seus pais fundadores demonstraram enorme interesse no desenvolvimento e nos processos históricos para melhor compreender seus objetos de estudo, com ênfase nas continuidades e rupturas históricas. Nesse sentido, algumas contribuições da disciplina estão na concepção de possibilidades inscritas no momento histórico, na investigação da origem de categorias de pensamento que estruturam a maneira como se pensa e se age no mundo, e, finalmente, o oferecimento de um material de pesquisa que explora os dualismos pelos quais a sociologia se confronta (MONSMA *et al.*, 2018). Os contornos da sociologia histórica indicam “uma tradição contínua de pesquisa [...] devotada para a compreensão da natureza e dos efeitos de estruturas de larga escala e processos fundamentais de mudança” (SKOCPOL; MISKOLCI, 2014, p. 11).

O interesse pela sociologia histórica na contemporaneidade se estabeleceu nas décadas de 1960 e 1970 e tomava para si problemáticas clássicas tais como “as origens do capitalismo, consciência e conflitos de classe, revoluções sociais, a formação do Estado” (MONSMA *et al.*, 2018, p. 69), somadas às problemáticas que envolviam os novos desenvolvimentos do capitalismo global e suas resistências locais. O renascimento do interesse pelo dinamismo histórico nos anos 1960 se consolidou contra duas correntes da época: contra a sociologia norte-americana dos anos 1950, representada majoritariamente por Talcott Parsons, que idealizou modelos estanques e aplicáveis independentemente do local e da era considerada, e, por outro lado, contra as leituras stalinistas de Marx e o desenvolvimento de modelos rígidos de evolução histórica que desembocariam na utopia socialista. Uma das novas questões foi a da memória de grupos historicamente oprimidos, que se apresenta como “grade de inteligibilidade de conflitos sociais e políticos contemporâneos”, com destaque para Foucault, no que diz respeito ao uso da

investigação histórica como forma de crítica do presente (MONSMA *et al.*, 2018, p. 73), desvelando pontos de tensão e multiplicidades na origem de processos tidos como unívocos. Para investigarmos as implicações da memória na construção da teoria sociológica, faz-se imprescindível o resgate da tradição durkheimiana que propõe uma interação tanto entre as “macroestruturas de larga escala da sociedade quanto às microinterações de pequena escala, ou rituais” (COLLINS, 2009, p. 167).

Desde ao menos o início do século XIX, diversos autores têm identificado as dimensões individual e coletiva da memória, de modo que a conceituação de Maurice Halbwachs (2004) suscita a percepção de uma complexidade e uma densidade próprias. A partir de *La Mémoire Collective* e profundamente inspirado na fenomenologia de Henri Bergson e na teoria da consciência coletiva de Émile Durkheim, é um dos precursores do desenvolvimento dos estudos voltados à memória, principalmente no que tange às fundamentações analíticas e sociais da memória individual e coletiva. Merece destaque a centralidade do coletivo e seus efeitos sobre a consolidação da memória, o que cria um conjunto de efeitos e afecções suscitados por uma “memória emprestada, que não é minha” (HALBWACHS, 2004, p. 55). Erige-se um dilema reconstrutivo: “se quiser reconstituir em sua integridade a lembrança de tal acontecimento, seria necessário que juntasse todas as reproduções deformadas e parciais de que é objeto entre os membros do grupo” (HALBWACHS, 2004, p. 54-55).

O diálogo que emerge da percepção da memória individual em Halbwachs (2004) inspira sua concepção de memória coletiva. Se até então a subjetividade da memória individual parece ser a síntese de um processo de percepção, esta somente se erige de modo coletivo quando se constrói uma gênese da lembrança. Os indivíduos só possuem a capacidade de recordar algo a partir do momento em que tomam para si o ponto de vista de um grupo e se localizam dentro da coletividade, isto é, encontram-se pertencentes a uma comunidade afetiva. Afirmar Halbwachs (2004, p. 26) que “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”, pois, afirma, “em realidade, nunca estamos sós”, já que “temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”.

A temática das pessoas que habitam em nossas existências, no caso, permitem revelar uma coletividade intrínseca ao próprio sujeito. Em Halbwachs (2004), esse diálogo está presente, não em um sentido de exploração linguística com predisposição interdisciplinar, mas de modo a concretizar as diversas afecções da inserção individual em grupos sociais, de forma que as impressões pessoais se concretizam em torno das somas das lembranças individuais com

o aporte das recordações coletivas, ou seja, “nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias” (HALBWACHS, 2004, p. 25). O pertencimento a um ou mais grupos é fundamental na perspectiva de Halbwachs (2004), pois, para que o indivíduo possa ter recordações, o autor expressa que a validação dos depoimentos e relatos de qualquer sujeito só terá sentido para o grupo social específico no qual está inserido, em que ele e os demais vivenciaram ou foram informados de acontecimentos singulares, edificando um quadro de referências comum aos integrantes daquele meio.

Esse ponto de vista é bastante diferente das memórias de *Em Busca do Tempo Perdido*, de Marcel Proust (2003), embora se encontrem pontos de adesão subsequentemente. Elas nos revelam as mudanças de comportamento da sociedade francesa de fins do século XIX e início do XX e enunciam um indivíduo moderno cuja busca pela identidade se faz presente em memórias e narrativas de um *flâneur*. Trata-se de reconhecer o poderio das imagens que, ao mesmo tempo, definem os lugares e a própria individualidade. A narrativa de Proust se volta justamente para uma perspectiva de desdobrar seus sentimentos, expondo-se a si mesmo em minutos ou segundos que, mesmo passageiros e despercebidos no momento presente, se tornam fatos de uma contribuição ímpar para a construção de sua personalidade e sua capacidade de entendimento do mundo. O *flâneur* caminha ao olhar a paisagem, descobrindo e criando novas formas de apreciação dos lugares, a qual só pode ser apreendida dentro de uma temporalidade outra, do caminhar despreocupado e observador.

O *flâneur* proustiano permite compreender, numa acepção benjaminiana, como os centros urbanos se apresentam para as pessoas, sua grandiosidade e monumentalidade, postos e impostos por uma ordem da Paris capital do século XIX e sua modernidade de luzes e territorialização do capital, que se tornam indissociáveis desses lugares, ainda que apreendidas em trânsito. Porém, em Proust, a significação dos locais não é evidentemente objetiva, pois “os lugares que conhecemos não pertencem sequer ao mundo do espaço, onde os situamos para maior facilidade”, ou seja, eles “não passam de uma delgada fatia em meio às impressões contíguas que formavam nossa vida de então; a recordação de uma certa imagem não é mais que a saudade de um determinado instante; as casas, os caminhos, as avenidas, infelizmente são fugitivas como os anos” (PROUST, 2003, p. 414).

Dito de outro modo, o fluxo urbano, nessa visão, revela maior afecção do fato no sujeito do que a possibilidade objetiva e desejosa de contato do indivíduo com aquilo que o afeta, afastando-se de uma possibilidade de não afecção sugerida pela “atitude *blasé*” impulsionada

pela modernidade das grandes cidades, como descrito por Simmel (1987). Se a memória pode ser construída fora do indivíduo e depende do efeito imediato de sua afecção, como poderia demarcar, guiar ou oferecer sentido às reminiscências dos indivíduos?

Cabe ressaltar que Proust (2003) atrai para o debate a questão da descontinuidade, da fuga e da singularidade do instante, elementos que não eram perceptíveis na fenomenologia de Halbwachs (2004). Porém, como interpreta Seixas (2004, p. 40), a memória coletiva em Halbwachs é “espontânea, desinteressada e seletiva”, de modo a guardar do passado “apenas o que dele possa ser útil para criar um elo entre o passado e o presente [...], sendo sobretudo oral e afetiva, pulveriza-se como uma multiplicidade de narrativas”, fatores que tanto permitem o afastamento da memória com a história (a atividade escrita, organizada, sistematizada) quanto permitem que a história comece seu percurso conforme “detém” a memória coletiva. Já em Proust (e também em Baudelaire), a memória constrói-se “fora do tempo”, ou seja, no tempo e no lugar perdidos, compostos por diversas descontinuidades que realizam uma operação constitutiva do real: “tecendo os fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos [...] recuperando-os, resgatando-os ou descrevendo-os como realmente aconteceram” (SEIXAS, 2004, p. 50). É, em outras palavras, uma memória que também projeta o futuro e não o retorno ao mesmo, embora lide constantemente com as lacunas e a descontinuidade.

Ao escapar dos procedimentos da descontinuidade da memória, a história passa a se apropriar da memória e construí-la de modo contínuo, organizando suas lacunas discursivamente. Como apresenta Nora (1993, p. 9), a interpretação da memória como “tradição vivida” é fundamental para a reconstrução e atualização do presente. O diálogo entre história e memória consolida-se tanto através de uma “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...] uma representação do passado” quanto pelo fato de a memória ser “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p. 9). O “lugar de memória” é um resultado da voracidade dos tempos modernos, uma vez que estes seriam os meios encontrados pelo presente para conservar as tradições, além de uma resposta para encurtar a distância entre a história da sociedade em esquecimento e a memória coletiva. Por isso, “os lugares de memória [...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...]” (NORA, 1993, p. 13), ou seja, são espaços onde a memória se cristalizará não mais como memória individual, mas atribuindo sentido à vivência e ao que foi sentido e se tornou experiência da coletividade.

Em termos sociológicos, a memória, constituinte da subjetividade individual e coletiva, projeta a importância de seu estudo para a compreensão da ação de diversos grupos e da maneira

pela qual representam a si mesmos. Entendida como uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, a memória se integra em “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividade de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.” (POLLAK, 1989, p. 9). Portanto, o aspecto coletivo aqui ultrapassa o sentido de uma disposição de reconhecimento do que está externo ao indivíduo e passa a afirmar a pertença individual ao coletivo, definir o seu lugar, seus limites, irredutibilidades e, principalmente, sua unidade. A memória coletiva pode ganhar o sentido de uma identidade nacional, consolidada a partir da multiplicidade, assim como os esquecimentos e os apagamentos ocasionados por ela, embora isso não descarte a presença das memórias subterrâneas, responsáveis por rupturas com as identidades institucionalizadas e as memórias oficiais. Por outro lado, como formadora da identidade, da representação de si e de sua referência à exterioridade, a memória estabelece-se como um objeto de lutas sociais e tensão, o que a torna instável e exige uma constante reelaboração e manutenção ao longo do tempo.

Uma forma de (re)elaboração da unidade da memória, no entanto, deve ser pensada de modo diferente de um sentido único da história individual e do condicionamento da narrativa, pois, como alertou Bourdieu (2006), a projeção dessa unidade afasta a compreensão da história coletiva. As ilusões biográficas, estes artifícios que condicionam o sentido e a coerência da história, constroem “o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 2006, p. 190). Em outras palavras, embora a trajetória biográfica possa ser pensada no sentido da estabilização da memória, suas ressignificações e reformulações podem indicar uma disputa pelo significado da memória que recria as subjetividades, compreendendo a conexão entre as trajetórias individuais e o posicionamento individual e coletivo no espaço social, projetando, do mesmo modo, o acesso e a posse de capital simbólico (ABRAMS, 1983; BOURDIEU, 1996a).

O negacionismo: do revisionismo à história alternativa

As renovações epistemológicas e metodológicas da História, as quais abriram caminho para a História do Tempo Presente e seu resgate da memória (SANDOICA, 2004), possibilitaram complexas discussões sobre o “ofício” do historiador. Consequentemente, diversos debates acadêmicos sobre o revisionismo histórico ganharam destaque, oferecendo reconsiderações metodológicas em torno das discussões de identidades coletivas, dos discursos políticos e das reminiscências da memória — em suma, oferecendo revisões historiográficas que permitem tanto a revisão dos valores que guiam a pesquisa histórica quanto a reconsideração de eventos e processos históricos (CAPELATO, 2016). Isso aponta para um debate sobre as regras e os jogos de poder subscritos no campo acadêmico, embora este não tenha sido o único sentido de revisão suscitado pelo ofício do historiador.

O revisionismo também adquire um segundo sentido, agora não mais restrito aos padrões e métodos da disciplina histórica. É nesse âmbito que manipulações de dados, interpretações deturpadas do passado, imprecisões factuais, descontextualizações, entre outros, aparecem na disputa e no reconhecimento do debate historiográfico. Essa historiografia que se apresenta de modo “terapêutico” caminha por apresentar um conjunto de proposições subjetivas, de modo a atenuar os efeitos negativos do passado sobre a subjetividade de grupos e coletivos no tempo presente. A negação da história dita oficial e a suposição de outra história, que ainda deve ser revelada por um corpo profissional insuspeito, é um dos elementos teóricos que identificam essa historiografia manipuladora.

O ponto de inflexão em direção ao negacionismo ocorre nas interpretações a posteriori do Holocausto. Coube à *Historikerstreit* alemã dos anos 1980 uma noção ainda incipiente de polemizar acerca do bolchevismo, da violência e do extermínio de judeus e da existência de campos de concentração na Alemanha nazista, questionando o modelo totalitário soviético e sua política de controle e manipulação ideológica, de modo a sugerir que as mazelas nazistas também poderiam ter responsabilidade dividida com os comunistas/stalinistas (MELO, 2014; ALMADA, 2021b). No entanto, a “querela dos historiadores” ainda deixa em suspenso o modo como essa visão é operacionalizada no campo científico da História e na política.

Pensando na historiografia francesa dos finais dos anos 1980, os sentidos implícitos do exercício do ofício de historiador, quando aparados por fraudes, fabulações e a manutenção de mitos personalistas, oferecem maior sentido à apropriação política, seguindo por um aprimoramento da negação da violência e da tortura, projetada na recusa da existência do genocídio nazista (VIDAL-NAQUET, 1998). Com isso, projeta-se um simbolismo perpassado

nas e pelas gerações posteriores, referindo-se diretamente à memória e à sua manipulação. Esses efeitos tanto podem ser gerados pela relutância do reconhecimento de documentos comprobatórios ou pelo uso de métodos pouco rigorosos nas análises das fontes, ou, ainda, por simples ilações, resultando em um alinhamento com posturas nacionalistas, neonazistas, antissemitas ou antissionistas (VIDAL-NAQUET, 1998).

Uma investigação mais pormenorizada deste revisionismo/negacionismo conduz-nos pelo caminho de sua origem interpretativa, interligada com as disputas e cisões da esquerda no pós-1968 francês. Coube à livraria de esquerda *Vielle-Taupe*, anteriormente influenciada pelos movimentos situacionistas (CORRÊA, 2021), a publicação, nos anos 1970, de diversas obras simplificadoras do que foi Auschwitz e o genocídio dos judeus, como aquelas de Paul Rassinier, Robert Faurisson e Serge Thion, intercalando argumentos economicistas, de negação pura e simples e de dúvida metódica, revelando uma profunda incompreensão, por parte dessa esquerda, do que era o antissemitismo (VIDAL-NAQUET, 1998). Ao longo dos anos, essa visão simplificadora irá se misturar com as conclusões promovidas por movimentos de midiaticização dos balanços do Maio de 1968 (ROSS, 2018) e com visões defendidas pela direita tradicional e nacionalista, como o arrependimento colonial e a crítica ao multiculturalismo, observando nisso a decadência da França contemporânea (AUDIER, 2008). Com apoio de católicos, conservadores, nacionalistas e extremistas, esse discurso ensejou um pensamento culturalmente pessimista e, até certo ponto, revanchista do passado, apresentando também argumentos *ad hominem* contra os filósofos desconstrucionistas e pós-estruturalistas.

Amparado por uma conjuntura de “crise da questão social”, esse pensamento aflora nas universidades francesas, rompendo um consenso positivo do Maio de 1968 até então existente. A cultura política que se ergueu a partir desse consenso passou a ser derrubada em seus pilares de modo sistemático: relativizando e recusando a existência do Holocausto, denunciando a colaboração francesa ao nazismo e o sectarismo dos grupos marxistas, fazendo aflorar, conseqüentemente, um debate público em torno de visões políticas que passam a defender uma defesa do pluralismo e da igualdade (ROUSSO, 2006). Essa perversão discursiva caminhou por afrontar e desafiar a memória coletiva construída em torno do Holocausto, do Maio de 1968 e, de modo mais amplo, da defesa de direitos humanos. Com isso, evidenciou-se uma manipulação política da história que inverte vítimas e algozes, além da atenuação de episódios de violência e extermínio, pautada em um direito de voz construído sobre a defesa da liberdade de expressão.

Nesse ponto, é fundamental compreender que, dotada de critérios pouco objetivos, a evocação da liberdade de expressão ganha um contorno político contemporâneo que congrega

valores inspirados no liberalismo político de Alexis de Tocqueville e de John Stuart Mill, pelos quais a tentativa de repúdio da opinião pode ser concebida, de modo simplificado, como um ato de tirania. Como demonstrou Hannah Arendt (2008) em sua análise dos “*Pentagon Papers*” dos anos 1970 e da reação dos Estados Unidos em manipular os ocorridos de sua derrota na Guerra do Vietnã, a mentira orbita a política e oferece riscos à República e à democracia liberal (ARENDR, 2008). A tensão entre a liberdade de expressão e o uso da mentira na política deixam em aberto o modo como a história negacionista pode vir a ser operacionalizada no discurso político contemporâneo, pois a presença de pressupostos ideológicos reforça a presença de uma identidade e uma linguagem política que aparentemente se colocam em aberto ou da edificação democrática de seus significados. Todavia, a fábula criada pelo Pentágono é um exemplo de como uma outra visão alternativa da história e, evidentemente, a passagem pelo crivo de aceitação ou recusa da opinião pública permitem ou não a veiculação dessa versão.

A manipulação da história, nesse caso, ganha um sentido discursivo próprio, candidata ao posto de “*epistēmē*”, ou seja, disputando o sentido de um “conjunto de relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas ao nível das regularidades discursivas” (FOUCAULT, 2020, p. 231). Considerar a história alternativa como uma “*episteme*” torna um pouco mais evidente a sua capacidade de produzir discursos e práticas de saber que, embora se modifiquem em seus termos, expõem a pertinência de seu direito de existir, e que, caso esse direito seja cerceado, rompem-se os limites democráticos estabelecidos. Se o conteúdo dessa “*episteme*” é a manipulação da história e a projeção de uma fatorialidade paralela, seu significado já não pode ser confundido com qualquer revisionismo.

Constrói-se uma ciência própria multidimensional, onde se imbricam diversas práticas discursivas: a negação histórica de arquivos e evidências históricas; a crença na história cíclica ou teleológica; as narrativas que assumem uma teoria da degeneração ao invés da compreensão da mudança; a mitologização presente na substituição de fatos por quimeras; a nostalgia por um passado imaginado, selecionando fatos e narrativas históricas; a presença de um a-historicismo baseado na mentira; o aproveitamento da memória fragmentada e tendenciosa presente na memória pública popular (VALENCIA-GARCIA, 2020).

Os sentidos históricos e discursivos sugeridos pela História Alternativa recuperam, por fim, a mesma dinâmica da relação passado e presente sobre a qual a sociologia histórica se debruça, além de forjar a perspectiva de verdade, rigor e cientificidade, por meio de uma distorção intencional dos fatos. Por isso, a disputa com a ciência é implacável, à medida que o negacionismo rechaça a *illusio* científica, ou seja, o sentido do jogo científico, “[os] códigos

convencionais, [os] pressupostos socialmente fundados, [os] esquemas classificatórios socialmente constituídos” (BOURDIEU, 1996b, p. 367). Contudo, sua disputa não se dá apenas no nível das ciências e da racionalidade, mas das crenças, ideologias e paixões políticas, as quais necessitam alterar os fatos e suas interpretações para encontrar um estatuto discursivo e, principalmente, político, válido e aceito na sociedade.

Como são as memórias coletivas e públicas que poderiam estabelecer um contraponto subjetivo ao autoritarismo investido de liberdade de expressão do negacionismo, as reivindicações de sua existência passam a encarar subjetividades ditas estigmatizadas ou pretensamente dissonantes, que apenas encontram em meios de real liberdade de expressão a possibilidade de uma fala ‘franca’ com seu pretense público. Grupos da extrema-direita, nacionalistas ou nutridos por teorias da conspiração, que têm se encaminhado para uma produção da História Alternativa, nesse caso, argumentam com revanchismo quando suas visões ideológicas, outrora recusadas no debate público, aparecem com algum destaque. Passam a argumentar a favor de sua legitimidade e do não reconhecimento anterior dessas versões como um ato político oposicionista, o qual pode ser realizado por oposicionistas, cientistas, historiadores ou pela memória individual e coletiva, disputando seus silenciamentos e esquecimentos.

Memória e Política: notas de pesquisa

De modo a elucidar algumas proposições elaboradas anteriormente, pretendo apresentar o direcionamento da agenda de pesquisa concebida em torno das investigações sobre os 50 anos de 1968. Com ela, proponho oferecer a operacionalização conceitual da sociologia histórica, da memória e do negacionismo em torno de quatro momentos.

O primeiro momento parte da reelaboração dos “eventos de 1968” como objeto de pesquisa, conforme as inter-relações disciplinares da Sociologia Histórica e da História do Tempo Presente. Ao se considerar 1968 em uma perspectiva alargada, podemos compreender um paulatino afastamento das preocupações da sociologia em torno destes conflitos sociais, seguida por uma ampliação das pesquisas sobre esse campo na historiografia. A ressonância dos eventos de 1968 na Teoria Sociológica Contemporânea é um elemento de reconstrução do debate, o qual é fundamental para a compreensão de diversos pressupostos teóricos e conceituais usualmente presentes nas Ciências Sociais (ALMADA, 2020a), mas que, de certo modo, enfatiza sobremaneira as relações macroestruturais em detrimento das subjetividades

(não apenas revolucionárias) que foram projetadas por esses eventos. Dito de outra forma, se 1968 foi entendido como um evento de significativos efeitos pelo globo, suas consequências não podem ser apenas medidas em termos de uma produção de subjetividades restritas a um *éthos* revolucionário. Esse evento serviu de base de reflexão para várias formulações teóricas do marxismo, da teoria crítica, do estruturalismo, do pós-estruturalismo e de correntes pós-modernas, cada qual com uma interpretação específica. Agrupando tais interpretações, encontram-se três abordagens distintas na teoria sociológica sobre esses eventos: rebelião, fragmentação social e nova cultura política dos movimentos sociais. Identificadas essas três matrizes, conseguiram-se estabelecer linhas analíticas para a mudança dos sentidos interpretativos desses eventos ao longo dos últimos 50 anos.

Há também dois outros elementos que confluíram nas “comemorações” dos 50 anos de 1968: i) a disputa dos sentidos dos acontecimentos; ii) a disputa de diversos atores pela memória de 1968. A construção de um amplo balanço histórico e sociológico permitiu compreender e aprofundar uma lacuna existente nos estudos: diferenciar o que seria a história e o que seria a memória de 1968, dilema que poderia ser resolvido, em termos metodológicos, por meio de um enquadramento da memória e dos estudos acadêmicos sobre o tema. Isso revela não apenas os limites das análises, mas também o conjunto de ideias e processos sociais, econômicos e políticos que serviram de pano de fundo para cada uma das pesquisas históricas e relatos memorialísticos. Agrupar, classificar e buscar regularidades nas bibliografias sobre o tema permitiu que se ultrapassasse o âmbito disciplinar e acadêmico dos estudos, integrando-os mediante as nuances e diferenças dos discursos de protagonistas e intérpretes sobre 1968, bem como seguindo uma divisão mediante os decênios desses escritos.

Em um segundo momento, observamos que essas questões estiveram inter-relacionadas com um aspecto pouco problematizado no âmbito acadêmico: a representação da memória no passado e sua imbricação com a visão revolucionária, predominante em grande parte dos escritos. Ao tratar dos contextos de Portugal e França, ganha destaque o deslocamento do imaginário revolucionário dos anos 1960 do Norte para o Sul global, compondo uma imagem terceiro-mundista de suas aspirações e utopias (ALMADA, 2020b). Concluiu-se que, para além do cenário do protesto jovem realizado naqueles países centrais, haveria uma memória pouco revelada que construiria e desconstruiria os lugares revolucionários idealizados e concebidos por uma matriz eurocêntrica, a qual subsume a produção das subjetividades contestatórias a uma subjetividade mimetizada dos acontecimentos de 1968 na França.

A descentralização analítica indica os limites epistemológicos de versões bastante consagradas sobre o 1968 francês, em especial aquelas que consideram que esses eventos impulsionaram ocorrências em outras partes do mundo ou, ainda, que constroem uma historiografia baseada nos problemas, nas cronologias, nos atores e em suas ações coletivas de acordo com o que é considerado válido para o caso francês. Esse paradoxo indica que há coocorrência de singularidades dos vários 1968 (1968 alargado) e que estes, ao contrário, não resultam na síntese do Maio Francês: as tentativas de síntese, nesse caso, acabam por descredibilizar os vários 1968 e produzi-los como inexistentes em suas singularidades.

O terceiro momento investigou como os protagonistas e os intérpretes de 1968 ofereceram interpretações não fixas sobre aqueles acontecimentos, guiando mudanças interpretativas e memorialísticas que podem ser evidenciadas nos decênios ‘comemorativos’ (ALMADA, 2021a). Tratando a questão a partir da análise de obras que englobam a visão de intelectuais e o relato memorialista de ex-participantes, no Brasil e na Europa, analisaram-se esses pontos de vista, elucidando as relações entre o retorno memorialista, o esquecimento e o silenciamento. Consequentemente, foram apontadas linhas interpretativas para a compreensão das disputas da memória de 1968 no tempo presente, lançando um balanço das diferenças entre as perspectivas acadêmicas e de ex-participantes, o que englobaria um campo mais geral das políticas de memória. Este caminho considerou o modo como as interpretações e as memórias dos acontecimentos de 1968 se transformaram ao longo de suas comemorações decenais. A análise qualitativa das Políticas de Memória oferece um importante indicativo de que o conjunto de significados e interpretações desse período não pode ser considerado estável, pois há um conjunto heterogêneo de atores que tanto reivindicam a “herança” (e seus termos particulares) como buscam dela se afastar, e, desse modo, renovar as memórias coletivas.

Até então, os três momentos assinalados revelam uma disputa teórica, simbólica e memorial dos acontecimentos de 1968, colocando em evidência os diversos atores (protagonistas, intérpretes, movimentos sociais, atores políticos) envolvidos nesse campo. Também nos interessou compreender as dinâmicas de apagamento daqueles eventos, assim como o campo de disputas dessas memórias no tempo presente, o que irá revelar relações intrínsecas entre o revisionismo e o negacionismo, elucidando as “batalhas pela memória” (RICOEUR, 2007). Todavia, se fez necessário analisar os conflitos apresentados no campo político entre a inscrição na memória e o esquecimento imposto, pois, se há atores políticos que reivindicam a “herança”, há também aqueles que se postulam, na expressão de Pierre Vidal-Naquet (1998), como “assassinos” da memória.

Finalmente, a história política do Brasil recente revela como se configuram as origens do discurso negacionista, principalmente no que diz respeito ao seu apoio à violência, ao arbítrio e às graves infrações de direitos humanos cometidos pela ditadura civil-militar. Procurei me debruçar sobre essas tensões no campo da memória, investigando como Jair Bolsonaro (Presidente da República entre 2019 e 2022), em sua época de deputado federal (1991-2018), operacionalizou um posicionamento político contrário à Comissão Nacional da Verdade (CNV), construído sobre os preceitos do discurso negacionista (ALMADA, 2021b). Os resultados dessa pesquisa revelam algumas características desse negacionismo: uma visão simplificadora e maniqueísta de processos históricos (sobre os quais há ampla historiografia e pesquisa constituídas ao longo dos anos); o falseamento e o mau uso das fontes históricas; constante revanchismo e menção a “feridas” que não podem ser abertas, inversão de vítimas e algozes; defesa perversa da liberdade de expressão, mesmo quando se defendem posições não democráticas ou de infração dos direitos humanos; tradução da fatualidade histórica em fábula de historiadores ou de especialistas guiados por interesses exclusivamente políticos e ideológicos; operacionalização de teorias da conspiração quanto ao apoio e financiamento de grupos de esquerda, entre outros aspectos.

A conclusão desse estudo revelou que o negacionismo histórico pode apresentar algumas nuances no Brasil. Uma delas é a recusa da existência da ditadura civil-militar, seguida pela defesa de seus métodos violentos de opressão da oposição, argumento que tem sido evocado por movimentos de direita e de extrema-direita no Brasil em consonância com a defesa da reivindicação de uma “história verdadeira”, diferente daquela compreendida por historiadores, especialistas e forças políticas contrárias ou associadas ao campo democrático e de esquerda. Outra nuance diz respeito à suposição da presença de fontes insuspeitas desconhecidas do grande público, as quais revelam a verdade incontestável, mas que são apenas de conhecimento e difusão dos negacionistas. Esse aspecto é bastante importante, pois não apenas induz a acreditar que há uma historiografia “secreta” e dissonante, mas que o desconhecimento desta é uma forma intencional e ideológica de grupos, principalmente de direita, ludibriarem a opinião pública.

Considerações finais

Na sociologia histórica, a memória opera uma conexão entre as macroestruturas e as microinterações sociais, de modo a oferecer um substrato interpretativo para os mais diversos processos de subjetivação. Tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, a memória indica a inserção dos indivíduos em grupos e sua figuração como tal, o que permite identificar o pertencimento, as interações individuais com os lugares e as relações simbólicas entre o passado e o presente. No entanto, as disputas pela memória não são apenas narrativas concorrentes, mas também discursos que visam ao ataque deliberado contra as memórias, principalmente de minorias e grupos de opositores políticos.

O negacionismo opera nesse ataque. Embora se valha de uma perspectiva de defesa da liberdade de expressão, há um escamoteamento de um argumento perverso, que interliga desde o falseamento de fontes históricas e científicas ao ataque *ad hominem* e à suposição de uma história “não contada” e detida por poucos especialistas cujos interesses políticos se sobressaem a quaisquer outros. Ao enfrentar o debate do negacionismo, a sociologia histórica não apenas deve se atentar aos artifícios da recusa de acontecimentos históricos como também à construção de realidades discursivas que extrapolam determinados contextos e passam a vincular saberes próprios e desafiadores da ciência, da história e da sociologia. Nesse caso, uma pesquisa ancorada na compreensão das relações entre passado e presente permite que se diferencie a disputa da memória por parte dos atores, por um lado, e, por outro, as tentativas de silenciamento e negacionismo.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, P. **Historical Sociology**. New York: Cornell University Press, 1983.

ALMADA, P. E. R. 1968 e a teoria social contemporânea, 50 anos depois: rebelião social, fragmentação ou nova cultura política? **Sociologias**, v. 22, n. 55, p. 200-227, 2020a.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/s3hLRnBpXjG9ZbtNKcnXnZp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2022.

ALMADA, P. E. R. O Imaginário revolucionário dos anos 1960 em Tigre en Papier, de Olivier Rolin, e em A Casa, de Pepetela. **Itinerários**, Araraquara, n. 50, p. 169-188, 2020b.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/13652>. Acesso em: 17 maio 2022.

ALMADA, P. E. R. Repensando as interpretações e memórias de 1968. **Tempo Social**, v. 33, n. 1, p. 225-243, 2021a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/168872>. Acesso em: 17 maio 2022.

ALMADA, P. E. R. O Negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, 2021b. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/CZWVW6TYjyzGpPnYG9Nnyfr/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2022.

ARENDT, H. **Crises da República**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

AUDIER, S. **La pensée anti-68**. Essai sur les origines d'une restauration intellectuelle. Paris: La Découverte, 2008.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996a.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAPELATO, M. H. R. História do Brasil e Revisões Historiográficas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 21-37, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/63852>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe**: Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2001.

COLLINS, R. **Quatro Tradições Sociológicas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

CORRÊA, E. Q. **O Partido Maldito**: conselhistas, autonomistas e pró-situacionistas em Portugal (1968-1979). 2021. 420 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, D. B. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, D. B. (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MONSMA, K.; SALLA, F. A.; TEIXEIRA, A. A Sociologia Histórica: Rumos e diálogos atuais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 06, n. 12, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/a-sociologia-historica-rumos-e-dialogos-atuais/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 20 jun. 2022.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PROUST, M. **Em Busca do Tempo Perdido** – No caminho de Swann. São Paulo: Editora Folha, 2003.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ROSS, K. **Maio de 68 e suas repercussões**. São Paulo: Editora SESC, 2018.

ROUSSO, H. The Political and Cultural Roots of Denialism in France. **South Central Review**, v. 23, n. 1, p. 67-88, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40039914>. Acesso em: 23 dez. 2022.

SANDOICA, E. H. **Tendencias Historiográficas Actuales**: Escribir Historia Hoy. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

SEIXAS, J. A. Percursos da Memória em Terras de História: Problemas atuais. *In*: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, G. O. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

SKOCPOL, T.; MISKOLCI, R. A imaginação histórica da Sociologia. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 9, n. 16, p. 7-29, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/140>. Acesso em: 17 dez. 2022.

VALENCIA-GARCIA, L. D. (org.). **Far-Right Revisionism and the End of History**. New York: Routledge, 2020.

VIDAL-NAQUET, P. **Os Assassinos da Memória**: Um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

WIEVIORKA, M. Mayo de 1968 y las ciencias humanas y sociales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Mexico City, v. 63, n. 234, p. 53-66, 2018. Disponível em:

<http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcyps/article/view/65686>. Acesso em: 17 dez. 2022.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR/UNESP) Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo (NEV/USP).

Financiamento: CAPES e FAPESP.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Estudo realizado com livros e artigos científicos disponíveis para o público.

Contribuições dos autores: Pablo Emanuel Romero ALMADA é responsável pela pesquisa, análise e redação do artigo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

